



Ato também terá manifestação no Supremo Tribunal Federal

Fenajufe reúne 25 sindicatos em mobilização nacional

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) promove, nesta quinta-feira (13), às 14h, uma live com representantes dos 25 sindicatos filiados à entidade. O encontro online integra o Dia Nacional de Mobilização, aprovado pela XXV Plenária Nacional, em junho, em Salvador. Durante a atividade, dirigentes sindicais de diferentes estados apresentarão as mobilizações realizadas em suas bases. A iniciativa busca fortalecer a articulação de servidoras e servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (MPU). Entre as reivindicações estão a reestruturação das carreiras, a derrubada dos vetos 45 e 17, a recomposição salarial e outras pautas aprovadas pela categoria. A programação inclui ainda um Ato Nacional no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, simultâneo à live.

TCE-SP prorroga concurso para auditor

O TCE-SP prorrogou até 20 de agosto as inscrições do concurso para Auditor de Controle Externo. São 50 vagas em Ciências Atuariais, Contábeis, Econômicas, Direito, Engenharia Civil e Tecnologia da Informação. O salário é de R\$ 20.940,20 para jornada de 40 horas semanais. A taxa é de R\$ 115. A seleção terá prova objetiva e estudo de caso, previstos para 11 de outubro, em São Paulo. O concurso terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado uma vez pelo mesmo período.



Vagas são para SP, com salário inicial é de R\$ 20.940,20

Entidades avançam em PEC para restabelecer ATS

Entidades do funcionalismo concluíram a minuta de uma PEC para restabelecer o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), incluindo aposentados. O texto será levado a senadores em busca das assinaturas necessárias à tramitação. Também avançou o debate sobre o PL 1.893, que regulamenta a negociação coletiva no serviço público. As entidades defendem ajustes para garantir reajustes anuais. A pauta incluiu ainda o abate-teto sobre cargos comissionados e funções de confiança e medidas para ampliar o pagamento integral.

226 vagas na Prefeitura de Santos

Terminam no próximo dia 20 de agosto as inscrições para os cinco concursos públicos da Prefeitura de Santos. As oportunidades abrangem níveis fundamental, médio, técnico e superior, com salários de R\$ 2.191,01 a R\$ 12.163,43 e auxílio-alimentação de até R\$ 1.100. São vagas para áreas como saúde, educação, fiscalização e administração. As provas ocorrerão em 27 de setembro, 11 ou 18 de outubro, conforme o cargo.

Ameaça a servidores I

O PSB do estado do Maranhão expulsou o prefeito de Campestre do Maranhão, Fernando Bermuda, após mensagens atribuídas a ele cobrarem de servidores municipais apoio a Flávio Bolsonaro (PL) na eleição presidencial, sob ameaça de demissão. A decisão foi aprovada pela Executiva Estadual e formalizada em resolução.

Ameaça a servidores II

O caso foi revelado pelo portal Metrôpoles. A legenda classificou o caso como “grave infidelidade partidária” e cancelou a filiação de Bermuda. A expulsão, porém, não implica perda automática do mandato. O prefeito negou ter demitido ou perseguido servidores por voto ou posicionamento político e disse que usou tom inadequado em conversa informal.

Servidores de SP I

O governo de SP alterou as regras para descontos consignados na folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados, além de pensionistas. O Decreto 70.783, publicado em 5 de agosto, estabelece que a autorização para o desconto deverá ser expressa, por escrito ou por meio eletrônico, com uso de senha pessoal e intransferível.

Servidores de SP II

As entidades que oferecem consignados aos servidores estaduais terão novas obrigações. O decreto determina recadastramento a cada 12 meses e prevê a celebração de contrato com a empresa responsável pelo processamento da folha. O descumprimento das regras poderá resultar em advertência, multa, suspensão do código de consignação ou descredenciamento.

Greve no RN

Servidores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Norte (Fundase-RN) aprovaram greve por tempo indeterminado a partir de sexta(14). A categoria cobra o cumprimento de compromissos firmados com o governo, incluindo a implantação dos auxílios-fardamento e alimentação. Uma nova assembleia avaliará as respostas do Estado.

Novos servidores no TJ-AC

O Tribunal de Justiça do Acre convocou dez aprovados no concurso público para posse. Os chamados ocuparão cargos de técnico e analista judiciário nas comarcas de Brasília, Bujari, Plácido de Castro, Rio Branco e Tarauacá. A posse será em 10 de setembro, às 11h. Os convocados devem apresentar a documentação exigida no edital.



Projeto é de autoria do deputado Pompeo de Mattos(PDT/RS)

Projeto restringe concurso público para cadastro de reserva

Proposta exige vagas imediatas e limita cadastro de reserva a casos excepcionais

Da Redação

O deputado federal Pompeo de Mattos (PDT-RS) apresentou o Projeto de Lei 4.925/2026, que altera a Lei nº 14.965/2024, conhecida como Lei Geral dos Concursos Públicos, para impedir a realização de concursos destinados exclusivamente à cadastro de reserva. A proposta foi apresentada em 6 de agosto e estabelece que esse modelo poderá ser adotado apenas em situações excepcionais e mediante justificativa técnica.

Pelo texto, a regra geral passaria a exigir ao menos uma vaga para provimento imediato para cada cargo ou emprego público incluído no concurso. A abertura do certame também deverá acompanhar informações sobre a evolução do quadro de pessoal nos cinco anos anteriores, a estimativa de necessidades para os cinco anos seguintes, os cargos a serem preenchidos e o impacto orçamentário-financeiro previsto.

O cadastro de reserva seria permitido quando houver impossibilidade objetiva de definir o número de vagas imediatas, probabilidade concreta de surgimento de novas vagas ou autorização para preenchê-las durante a validade do concurso e risco de descontinuidade ou comprometimento do serviço público

caso a seleção seja adiada. A decisão deverá ser expressamente motivada e baseada em estudo técnico.

Esse estudo deverá identificar os fatores que impedem a definição das vagas, os cargos vagos, as circunstâncias que podem provocar novas vacâncias, a metodologia utilizada para estimar a necessidade de pessoal e a quantidade de vagas que poderá surgir. Também deverá demonstrar o risco para a prestação do serviço público caso o concurso não seja realizado.

O projeto também estabelece que a existência de concurso anterior válido, com candidatos aprovados e ainda não nomeados para os mesmos cargos, impede a abertura de novo certame, salvo se a administração demonstrar que o número de aprovados é insuficiente para atender às necessidades.

Na justificativa, Pompeo de Mattos afirma que o cadastro de reserva deve permanecer como instrumento de planejamento para situações em que não seja possível antecipar a quantidade de vagas. Segundo o texto, a modalidade não deve substituir o planejamento regular de pessoal quando já houver necessidade conhecida de servidores. O projeto ainda aguarda despacho da Mesa Diretora para tramitar pelas Comissões.